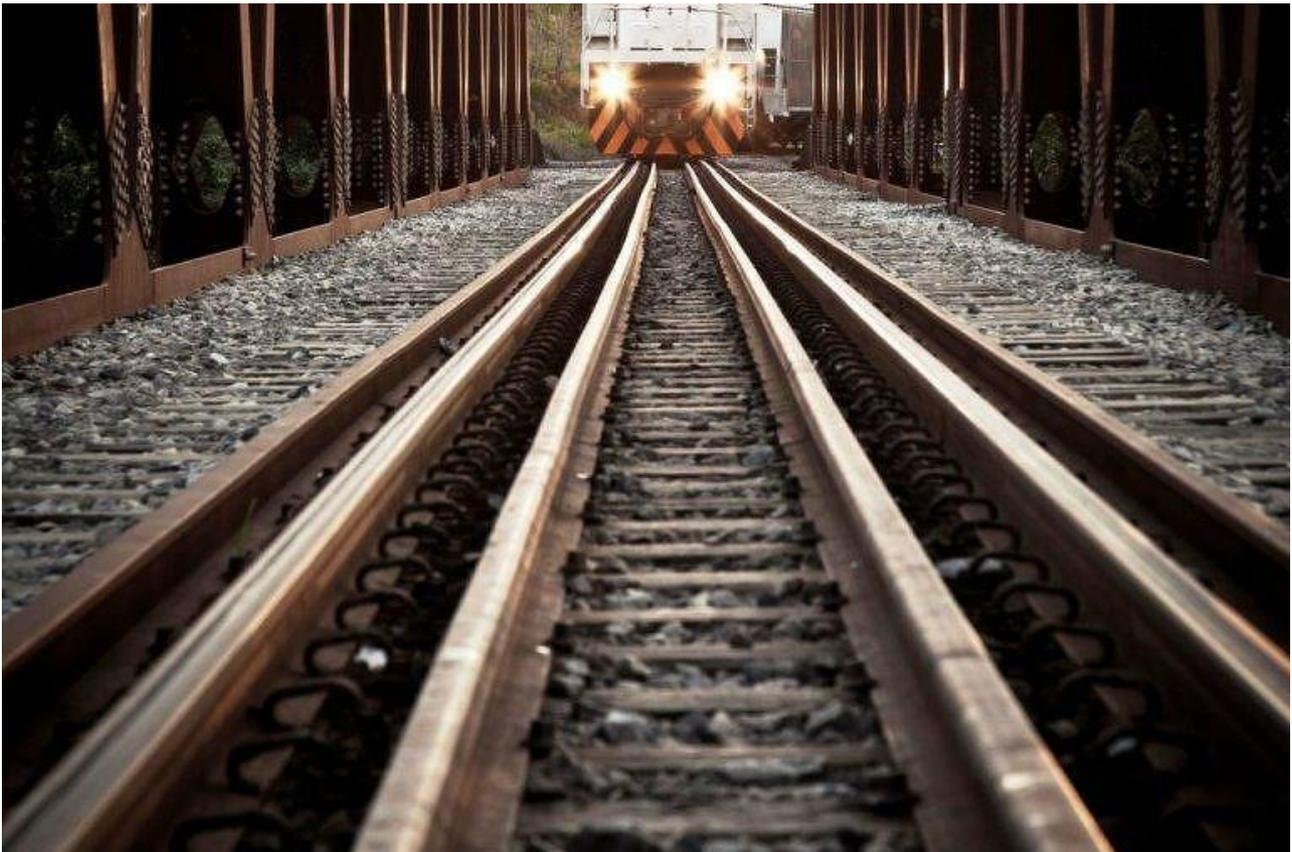


FOLHA DE S. PAULO

Acordo de R\$ 1,5 bi entre Rumo e União entra na reta final

IDIANA TOMAZELLI 24 OUTUBRO 2023 | 3min de leitura

Os novos acordos para [o setor de ferrovias](#), que garantem receita extra para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), podem começar a sair do papel nesta quarta-feira (25). Os termos da renegociação do contrato da Malha Paulista da Rumo, braço de logística do [grupo Cosan, do empresário Rubens Ometto](#), estão na pauta para serem avaliados pelo plenário do TCU (Tribunal de Contas da União).



Vista de linha férrea; governo espera elevar receita com a renegociação de contratos no setor - Divulgação

A previsão do Ministério da Fazenda é que a repactuação de contratos de ferrovias como um todo possa render uma receita de R\$ 34,5 bilhões. O valor está previsto no Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2024.

Especialistas em contas públicas, no entanto, consideram a projeção superdimensionada.

No caso da Rumo, por exemplo, o ministro Renan Filho (Transportes) já anunciou publicamente que o acordo envolve a discussão de um adicional de R\$ 1,5 bilhão.

A revisão contratual está ocorrendo na Secex Consenso (Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos), nova área criada pelo TCU para mediar discussões entre setores público e privado com a meta de evitar a judicialização de divergências. A negociação com a Rumo é a primeira do gênero para o setor de ferrovias. As discussões contaram com a participação da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A Malha Paulista, com cerca de 2.000 quilômetros, é considerada uma importante via de escoamento do agronegócio até o porto de Santos, em São Paulo.

Segundo itens do acordo, aos quais a **Folha** teve acesso, a Rumo deve fazer um acréscimo de R\$ 500 milhões à outorga, além de desembolsar outros R\$ 670 milhões adicionais para compensar valores que foram descontados indevidamente dos montantes já repassados à União.

Ao renovar o contrato de forma antecipada, a Rumo descontou da outorga um valor referente a investimentos realizados e cujos custos ainda não haviam sido totalmente abatidos. O argumento do governo é que, com a renovação, a empresa terá o período do novo contrato para amortizar esses investimentos e o desconto foi indevido.

Dessa forma, se os termos do acordo forem confirmados pela corte de contas, R\$ 1,42 bilhão deve ingressar nos cofres da União. Os valores ainda podem sofrer mudanças de última hora durante a apreciação do tema.

Também se estabeleceu investimentos de mais de R\$ 141 milhões na própria malha e a realocação de outros R\$ 360 milhões no âmbito do projeto.

A solução consensual da Rumo no TCU ainda tratou da devolução da Malha Sul, trecho de 104 km entre Presidente Prudente e Presidente Epitácio. A indenização da empresa ficou fixada em R\$ 250 milhões.

Esta é a segunda vez que [o contrato da Malha Paulista passa por uma renegociação](#).

Em 2015, a Rumo pediu que a prorrogação da concessão fosse antecipada. Inicialmente, a empresa teria de esperar até 2028, quando o contrato se encerraria. A negociação, no entanto, se arrastou, pois foram as primeiras tratativas do gênero, e só foi fechada em 2020.

O novo contrato estabeleceu um prazo de 30 anos para a concessão, mediante um investimento de R\$ 6,1 bilhões na malha e o pagamento de uma outorga de R\$ 2,9 bilhões.

Na época, o então ministro de Infraestrutura [Tarcísio de Freitas](#) (hoje governador de São Paulo) destacou que a assinatura do novo acordo daria início a um ciclo de investimentos privados em ferrovias. Na sequência, foram antecipadas as renovações de outras companhias ferroviárias.

A antecipação da renovação foi sustentada pelo argumento de que investimentos também poderiam ser antecipados. Ocorre que [as empresas tiveram dificuldades para cumprir os termos repactuados](#). Com a mudança de governo, o Ministério dos Transportes aproveitou a renegociação para elevar os valores dos investimentos, considerados baixos pela atual gestão, dado o ganho que as empresas tiveram com a mudança aprovada na gestão bolsonarista.

No governo Lula, a expectativa é que o julgamento sobre a Malha Paulista sirva de parâmetro para outras negociações. No próprio TCU, há

a avaliação de que a solução consensual tem potencial para resolver conflitos e ainda auxiliar o Executivo ao incrementar suas receitas.

O tribunal já recebeu pedidos de mediação em conflitos envolvendo contratos de concessão de rodovias, aeroportos e operadoras de telecomunicação.